

## O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA E A PRODUÇÃO ACADÊMICA: o que dizem as revistas de Ensino de História no período 2003-2017?

## THE TEACHING OF HISTORY OF AFRICA AND ACADEMIC PRODUCTION: what do the History Teaching magazines say in the period 2003-2017?

Rosivania Costa - UESB<sup>1</sup>  
Benedito Eugenio - UESB<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo construir o estado do conhecimento acerca da produção científica sobre a temática do ensino de História da África em revistas especializadas em discussões acerca do ensino de História, bem como a plataforma *Scielo*, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2017. Foram localizados, por meio de estudo bibliométrico, 07 artigos, dos quais 05 disponíveis em revistas de Ensino de História e 02 encontrados na plataforma *Scielo*. A pesquisa chama a atenção para as discussões a respeito do Ensino de História da África, desde a promulgação da Lei 10.639/2013, que incluiu o ensino da história africana no currículo oficial da rede de ensino brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino; Ensino de História da África; História da África

### ABSTRACT

The present work aims to build the state of knowledge about the scientific production on the theme of teaching History of Africa in specialized magazines in discussions about the teaching of History, as well as the platform Scielo, in the period between 2003 and 2017. By means of a bibliometric study, 07 articles were found, of which 05 were available in magazines of Teaching of History and 02 found in the Scielo platform. The research draws attention to the discussions on Teaching African History, since the enactment of Law 10.639 / 2013, which included the teaching of African history in the official curriculum of the Brazilian education system.

**KEYWORDS:** Teaching; Teaching History of Africa; History of Africa

**DOI:** 10.21920/recei72018411298308  
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72018411298308>

<sup>1</sup>Mestranda pelo PPGEn/UESB. Professora de História na educação básica. E-mail: [rosivaniajcosta@gmail.com](mailto:rosivaniajcosta@gmail.com) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2375-4695>

<sup>2</sup>Doutor em Educação pela UNICAMP. Professor da UESB. Programa de Pós-graduação em Ensino (PPGEn). E-mail: [beneditoeugenio@bol.com.br](mailto:beneditoeugenio@bol.com.br) / ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5781-764X>

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a discussão sobre a História da África, bem como o seu ensino, ganhou espaço significativo na academia, principalmente em função da aprovação da Lei 10639/03. Teses, dissertações, simpósios, publicação de livros, encontros multidisciplinares e eventos afins constituem-se grandes avanços no tocante aos estudos da temática africana e afro-brasileira. Em contrapartida, ainda são poucos os sinais e resultados práticos desses estudos, principalmente no que diz respeito aos seus impactos na sala de aula da Educação Básica.

Contudo, ainda é comum, no imaginário popular, a associação da África a uma imagem mítica ou uma “África” de savanas onde leões, gorilas e toda sorte de animais silvestres. Muito daquilo que permeia o ideário popular a respeito do continente africano reflete os moldes com que a temática é abordada no currículo da disciplina História na Educação básica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, e os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN), da disciplina História, em 1998, já preconizavam a importância da discussão de temas transversais e da pluralidade cultural da formação do povo brasileiro nos currículos. Nesses documentos, a cultura afro-brasileira, a grosso modo, “representava” a história da África nos estudos escolares, reforçando a ideia de que a história africana resumia-se à presença dos escravizados no Brasil, nos tempos coloniais ou a ideia de que bastaria discutir as relações étnico-raciais no Brasil e a temática se contemplava.

Promulgada em 2003, a Lei 10.639<sup>3</sup> traz um caráter obrigatório para o ensino da temática africana, privilegiando a História da África e dos Africanos, incluindo aí estudos que outrora eram negligenciados nos currículos de Educação Básica e, sobretudo, nos estudos da disciplina História. Muito se avançou nas pesquisas acadêmicas, nos 14 anos de promulgação da lei, referente à História da África e dos africanos, mas muitas lacunas seguem sem definição no que diz respeito ao ensino de História da África. Por vezes, o recorte para estudo da história africana segue obedecendo um caráter europeizado e generalizado, desde os cursos de formação docente, a prática pedagógica em sala de aula, passando pelos materiais didáticos.

Dessa forma, o presente artigo objetiva realizar uma análise da produção acerca do ensino de História da África para a educação básica nos periódicos especializados em discussões concernentes ao ensino de História, no período de 2003-2017. O marco inicial do levantamento tem como base a promulgação da Lei 10.639, que tornou obrigatório o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de educação básica. Interessa-nos compreender quais abordagens são evidenciadas e, em especial, se essas publicações se atentam para a aplicabilidade do conteúdo supracitado nas salas de aula da Educação básica, enfoque de nosso estudo.

## METODOLOGIA

A pesquisa é uma das ferramentas fundamentais na produção do conhecimento e na elucidação de questionamentos pertinentes à constituição de um determinado campo científico, uma vez que a Ciência, como produto do meio social, segundo Bourdieu (1983), envolve relações de interesses. Assim, é de suma importância a produção acadêmica em determinados campos do saber a fim de se identificar tendências e lacunas nas pesquisas.

Nesse sentido, a produção do estado de conhecimento constitui-se um meio de “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica

<sup>3</sup>Em 2008, a Lei 10.639/03 foi alterada para Lei 11.648, de 2008, incluindo a obrigatoriedade dos estudos dos povos indígenas nos currículos escolares nacionais.

de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI, 2014, p. 154).

Dessa forma, o estado do conhecimento permite traçar os caminhos percorridos numa determinada área acadêmica, identificando os possíveis avanços, conhecimentos produzidos e lacunas existentes na análise de determinados temas. Como técnica metodológica, o estado de conhecimento possibilita a observância

[...] do estado atual de uma determinada área de pesquisa: o que já se sabe, quais as principais lacunas, onde se encontram os principais entraves teóricos e/ ou metodológicos. Entre as muitas razões que tornam importantes estudos com esse objetivo, deve-se lembrar que eles constituem uma excelente fonte de atualização para pesquisadores fora da área na qual se realiza o estudo na medida em que condensam os pontos importantes do problema em questão (LUNA, 2002, p. 82-83).

Assim, o estado de conhecimento como ponto de partida para uma pesquisa, contribui na delimitação do objeto e campo de pesquisa já que, identificados os pontos pesquisados da área desejada, o pesquisador estabelece com maior clareza as questões a serem desenvolvidas em seu trabalho. A análise bibliométrica compôs o aporte metodológico deste trabalho, uma vez que a

bibliometria, embora seja área de estudo da Ciência da Informação, tem um papel relevante na análise da produção científica de um país, aplicando-se a pesquisa aqui proposta, uma vez que seus indicadores podem retratar o comportamento e desenvolvimento de uma área do conhecimento pesquisada (ARAÚJO; ALVARENGA, 2011, p. 52).

Para este estado do conhecimento foi efetuado o levantamento bibliométrico em cinco sites de revistas de História, especializadas em pesquisas relacionadas ao ensino da disciplina, a saber: Revista Brasileira de História (ANPUH); Revista História (PUC-SP); Revista História & Ensino (UEL); Revista História Hoje (ANPUH) e Revista Tempo (UFF). Foram consultadas todas as edições desses periódicos no período 2003-2017. Além disso, efetuamos um levantamento junto à plataforma *Scielo*, valendo-nos dos descritores: ensino de História, história da África e ensino de História da África para complementar a pesquisa. Como parte inicial do trabalho, a partir da utilização dos descritores “ensino de história”, “história da África” e “ensino de história da África” objetivou mapear artigos que tratassem do ensino de História da África na educação básica, desde a promulgação da Lei 10.639/03 até os dias atuais.

Não obstante, pretendemos identificar quais os avanços no campo das pesquisas relacionadas ao ensino de História da África a partir da Lei 10.639 e da aplicabilidade do conhecimento produzido no referido campo de conhecimento na educação básica, bem como as lacunas existentes a fim de possibilitar novas temáticas/questões de pesquisa concernentes à História da África. Foram localizados e selecionados, ao todo, sete artigos que tratam da temática proposta e, a partir da análise de seus resumos, demos seguimento ao estudo dos dados obtidos.

## A LEI 10.639/03 E O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA

Passados 14 anos da promulgação da Lei 10.639/2013, que instituiu o estudo da História da África e dos africanos na Rede de Ensino de todo o país, muitas são as reflexões a serem feitas sobre sua aplicabilidade e os reflexos na Educação básica. Até a sua promulgação, a história africana e suas abordagens nos espaços escolares figurara, meramente, entre as

discussões relacionadas ao “13 de maio”, confundindo-se com as discussões e/ou relações raciais ou a um Egito “faraônico” sem muitas evidências de seu pertencimento africano.

A História e a historiografia tradicionais reservaram, por muito tempo, à África e aos africanos o papel de inferiorizados, personagens coadjuvantes da história do Brasil, sem levar em consideração toda a construção histórica e a diversidade pujante que permeia aquele continente.

No Brasil, com raras exceções, não se estuda história da África. A população, majoritariamente descendentes de africanos, é incapaz de reconhecer uma de suas matrizes formadoras a não ser através de estereótipos - um continente exótico, primitivo, miserável, ignorante, violento - os três Ts\_(tarzan, tribo e tambor) (PEREIRA, 2012, p. 19).

A história tradicional, vista “de cima”, concentrada nos grandes feitos e “heróis” nacionais, contribuiu significativamente para a construção do imaginário de uma África subserviente e de, por consequência, africanos bestializados, “trazidos” para as Américas durante os séculos que seguiram a escravização, sem resistência e “conformados” com a realidade imposta pelos europeus que adentravam o continente. Assim, não é de se espantar a parca visibilidade dada aos conteúdos relacionados à História da África e dos africanos no Brasil, fruto da concepção eurocêntrica da História, onde a África é mostrada de forma homogênea e relegada ao papel de “cultura” coadjuvante.

Num país onde a imagem do homem negro africano está intimamente ligada à subserviência desde o início do regime escravocrata e a sua população é majoritariamente formada pelas populações afrodescendentes, a forma como a história da África e dos africanos é ensinada nos espaços escolares é de suma importância, pois nesses espaços a noção de inferiorização das populações negras africanas e a negação de suas culturas podem ser refutadas ou perpassadas por gerações.

Desse modo, a escola, como espaço formador do indivíduo, desempenha um papel significativo. Embora legislações anteriores preconizassem, em seus textos, o ensino para a pluralidade cultural, é somente a partir da Lei 10.639/2003 que o ensino sistematizado da história da África e dos africanos torna-se obrigatório, afastando, *a priori*, os estudos africanos da discussão puramente cultural ou racial e aproximando-o dos estudos sistematizados, próprio de um campo de conhecimento.

Nesse sentido, a Lei 10.639/03 ao estabelecer, em seu Art. 26, que

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

constitui um avanço para os estudos relacionados à África nos espaços escolares brasileiros, pois torna obrigatório seu ensino, em todos os níveis da Educação básica. Anterior a essa Lei, conhecimentos concernentes ao continente africano eram invisibilizados em sala de aula, tanto na Educação básica quanto nas salas de aulas de instituições de Ensino Superior.

É importante salientar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/1996 já estabelecia que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia” (Art. 26, § 4º). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’S) para o Ensino Médio, em 1999, enfatizavam a importância da Pluralidade Cultural como um dos temas transversais a serem trabalhados na escola e evidenciavam, ainda, que a História

possui condições de ampliar conceitos introduzidos nas séries anteriores do ensino fundamental, contribuindo substantivamente para a construção dos laços de identidade e consolidação da formação da cidadania. O ensino de História pode desempenhar um papel importante na configuração da identidade, ao incorporar a reflexão sobre a atuação do indivíduo nas suas relações pessoais com o grupo de convívio, suas afetividades, sua participação no coletivo e suas atitudes de compromisso com classes, grupos sociais, culturas, valores e com gerações do passado e do futuro (BRASIL, 1999, p. 22).

Até a aprovação da Lei 10.639 a legislação vigente que orientava a organização dos currículos escolares brasileiros e, conseqüentemente, as temáticas a serem abordadas em sala de aula, preconizavam a discussão em torno da pluralidade cultural presente na formação do povo brasileiro, trazendo a história da África e dos africanos nesse mesmo bojo.

A Lei 10.639/03 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana<sup>4</sup>, publicadas em 2004, representaram para os espaços escolares o combate ao racismo e às desigualdades sociais, além da discriminação racial que atinge as populações negras no Brasil, por meio da Educação, propiciando um entendimento das pluralidades culturais e das construções históricas vivenciadas pelas populações africanas, em toda a sua diversidade e diferença, além dos diversos movimentos históricos traçados naquele continente.

É nesse contexto que a referida lei pode ser entendida como uma medida de ação afirmativa. As ações afirmativas<sup>5</sup> são políticas, projetos e práticas públicas e privadas que visam à superação de desigualdades que atingem historicamente determinados grupos sociais, a saber: negros, mulheres, homossexuais, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros (GOMES, 2011, p. 37).

Não obstante, entendemos que a Lei 10.639/03 representou como importante ferramenta para ressignificação do ensino de história da África e dos africanos no Brasil, pois abriu caminhos para estudos antes renegados que, em muito, pode contribuir para a desmistificação do continente africano, possibilitando o conhecimento da diversidade histórico-

<sup>4</sup>Este parecer visa a atender os propósitos expressos na Indicação CNE/CP 6/ 2002, bem como regulamentar a alteração trazida à Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

Disponível em: <https://arquivopublicors.files.wordpress.com/2013/04/2013-04-10-diretrizes-curriculares-nac-educ-relac3a7c3b5es-etnico-raciais.pdf>

<sup>5</sup>Ver mais em: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/assuntos/o-que-sao-acoes-afirmativas>>. Acesso: 17.ago.2017.

cultural e favorecendo a construção de uma visão ampla do educando acerca da História Africana, bem além da visão simplificada e eurocêntrica que tanto favoreceu a ideia de uma África mítica e homogênea.

## O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA: o que dizem as revistas de História e Ensino de História?

Para o estabelecimento de nossa análise, tomamos como base as publicações de cinco revistas especializadas no campo de estudos da ciência História, bem como do ensino de História. Foram selecionadas as seguintes revistas: Projeto História, revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC/SP, com publicações quadrimestrais; Revista Brasileira de História, sob a responsabilidade da ANPUH<sup>6</sup>, com publicações quadrimestrais; Revista História & Ensino, do Laboratório de Ensino de História do Departamento de História, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), também quadrimestral; Revista História Hoje, publicação semestral da Associação Nacional de História - ANPUH; Revista Tempo, do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, do Rio de Janeiro. Foram também consultadas as revistas Afro-Ásia e História, disponíveis na Plataforma *Scielo*.

Como critério de busca dos trabalhos em cada revista, foi observado o recorte temporal compreendido entre os anos 2003 (ano de promulgação da Lei 10.639) e os dias atuais, no objetivo de identificarmos os avanços e/ou retrocessos das pesquisas concernentes ao ensino de História da África, desde a sua obrigatoriedade, regulamentada na Lei até os tempos atuais. Foram utilizadas as seguintes palavras, como descritores, na busca pelos trabalhos: Ensino de História; História da África; Ensino de História da África.

Foram localizados, a partir dos critérios de busca estabelecidos, ao todo 07 (sete) trabalhos, relacionados e organizados no quadro a seguir, contendo as principais informações como: autoria, título, local e ano de publicação, revista e os descritores de cada trabalho.

| Autoria                       | Título  | Local, ano publicação | Revista/ Volume                   | Qualis | Tipo de publicação  | Palavras-chave   |
|-------------------------------|---|-----------------------|-----------------------------------|--------|---|--|
| Juvenal de Carvalho Conceição | A ideia de África: obstáculos para o ensino da história africana no Brasil      | São Paulo, 2012       | Projeto História - PUC Sp /Vol.44 | B1     | Artigo, fruto de uma mesa redonda realizada no I Seminário Internacional Áfricas: historiografia africana e ensino de História. | -----  |
| José Henrique Rollo Gonçalves | Das resistências ao ensino escolar de História da África: algumas considerações | Londrina, 2014        | História & Ensino / Vol. 20       | B3     | Artigo  | História da África; ocidentocentrismo; ensino escolar; História e Cultura afro-brasileira. |

<sup>6</sup> Órgão oficial da Associação Nacional de História, ANPUH, associação científica fundada em 1961 que congrega professores e pesquisadores de História e tem por objetivos o aperfeiçoamento do ensino de História em seus diversos níveis; bem como o estudo, a pesquisa e a divulgação de assuntos de História e a defesa das fontes e manifestações culturais de interesse dos estudos históricos.

|  |  |                      |                                       |    |        |   |
|--|--|----------------------|---------------------------------------|----|--------|---|
| Maria Walburga dos Santos / Ana Cristina Juvenal da Cruz | Diásporas e comunidades quilombolas: perspectivas metodológicas para o ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira               | São Paulo, 2012      | História Hoje (ANPUH)                 | B2 | Artigo | Ensino de História da África; diáspora; comunidades quilombolas.                            |
| Anderson Ribeiro Oliva                                   | Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de História da África   | São Paulo, 2012      | História Hoje (ANPUH)                 | B2 | Artigo | Identidades; ensino de história africana; Estudos Culturais.                                |
| Marina de Mello e Souza                                  | Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de História da África  | São Paulo, 2012      | História Hoje (ANPUH)                 | B2 | Artigo | Ensino de história da África; pesquisa de história da África; vencendo preconceitos.        |
| Anderson Ribeiro Oliva                                   | A história da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática   | Rio de Janeiro, 2003 | Estudos Afro Asiáticos /SciELO (UCAM) | B1 | Artigo | História da África; representações; ensino de História; historiografia africana; africanos. |
| Anderson Ribeiro Oliva                                   | A História africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006) | Franca, 2009         | História (Unesp) - SciELO             | A1 | Artigo | Ensino de história africana; Lei 10.639/03; História da África                              |

Quadro 1: Principais informações das produções analisadas

São inegáveis os avanços nos estudos africanos, sobretudo nos últimos anos, em que as disciplinas de História da África, assim como a realização de estudos envolvendo diferentes temáticas do continente africano nas universidades, simpósios, encontros multidisciplinares e eventos afins apresentam uma variedade de pesquisas que permitem a desconstrução e construção de novos conhecimentos relacionados ao continente. Em contrapartida, são poucos os avanços relacionados à aplicabilidade da Lei 10.639 no que tange à educação básica e, poucas também, as publicações que objetivam tratar da temática do ensino de História da África. É o que evidencia a análise dos artigos supracitados.

Num período de 17 anos, foram localizados apenas sete artigos que se debruçam nos estudos da temática do ensino da história da África e dos africanos. Dos sete analisados, nenhum deles traz o foco para a aplicabilidade do ensino de História da África na educação básica; os autores se limitam a tratar da temática do ensino de forma generalizada, sem passar pelas especificidades de cada nível do Ensino.

No Projeto História, publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em História, da PUC/SP há apenas um registro de trabalho na área de ensino de História da África, publicado em junho de 2012, intitulado “A ideia de África: obstáculos para o ensino de história africana no Brasil”, de Juvenal de Carvalho Conceição, mestre em História pela UFBA. O autor publica, em artigo, sua participação numa mesa-redonda realizada no I Seminário Internacional Áfricas: historiografia africana e ensino de História. Em seu trabalho o autor traça

o contexto histórico da construção da ideia de África presente no imaginário do povo brasileiro, a partir de observações realizadas numa escola de Educação básica, na região metropolitana de Salvador. Embora tome como ponto de partida uma escola de educação básica, o autor não direciona suas falas para esse nível do Ensino. Menciona a importância da Lei 10.639 no sentido de tornar obrigatório o ensino da História da África e dos africanos nas escolas brasileiras sem, contudo, se ocupar da forma como ela se faz presente nas escolas.

Na Revista História & Ensino, do Laboratório de Ensino de História do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), dedicada aos estudos do ensino da disciplina História, o lugar do ensino de História da África e dos africanos não é diferente. Há um único registro voltado para o ensino de História da África, datado de 2014. O trabalho intitulado “Das resistências ao ensino escolar de História da África: algumas considerações”, de autoria do doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Henrique Rollo Gonçalves, apresenta uma crítica à introdução dos conteúdos relacionados à história africana em todos os níveis de ensino no Brasil. Para o autor, o ensino dos conteúdos relacionados à História da África e dos africanos enfrentam uma resistência originadas nas crenças ocidentocêntricas, além de determinadas teorias predominantes nos cursos universitários de História. O autor não focaliza a Educação básica, tomando por centro de suas discussões os cursos universitários de História, uma das raízes dos obstáculos enfrentados no trato dos estudos africanos nos diversos níveis do ensino brasileiro.

Na Revista História Hoje, da Associação Nacional de História, dedicada a divulgar trabalhos na área de ensino de História, encontramos três registros de artigos que abordam a temática do ensino de história da África. Os trabalhos são fruto de um dossiê dedicado ao Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira. O primeiro trabalho, intitula-se “Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de História da África”. A autora, Marina de Mello e Souza, livre-docente em História da África pela USP, traz reflexões sobre problemas enfrentados no trato do ensino da História da África, além de apresentar meios para uma abordagem mais eficaz da temática por parte do professor. A autora não cita a Educação básica, tratando o ensino de História da África de igual modo, em todos os níveis de Ensino.

O segundo artigo a tratar do ensino da História da África, no dossiê supracitado, é intitulado “Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de História da África”, de Anderson Ribeiro Oliva, doutor em História UNB. O autor resgata, a partir dos Estudos Culturais, discussão sobre a construção das identidades individuais e coletivas dos estudantes, das abordagens da temática da história africana no ensino brasileiro, além de se reportar ao sentido de identidade nacional, diante da composição heterogênea e multicultural da população brasileira.

Fechando as considerações acerca do ensino de História da África e dos africanos, temos o artigo “Diásporas e comunidades quilombolas: perspectivas metodológicas para o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira”, autoria de Maria Walburga dos Santos, doutora em Educação, e Ana Cristina Juvenal da Cruz, doutoranda em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. No resumo do trabalho, as autoras evidenciam os questionamentos dos historiadores sobre os conteúdos a serem trabalhados a respeito da História da África, tomando por base duas perspectivas: diáspora e comunidades quilombolas. A discussão gira em torno das comunidades quilombolas sem, mais uma vez, ter a Educação básica como parte dessa discussão.

As revistas Tempo, da Universidade Federal Fluminense e a Revista Brasileira de História não abordam, em seus registros, a temática do ensino de História da África. Por essa razão, para complementação da pesquisa optamos pelo levantamento, obedecendo os mesmos padrões de busca, na plataforma Scielo, onde encontramos dois registros relacionados ao ensino de História da África. Os trabalhos localizados são de autoria do doutor em História,



Anderson Ribeiro Oliva, o primeiro, publicado na Revista Estudos Asiáticos em 2003, cujo título é “A História da África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática”. Nele o autor elenca os debates causados pela então recém promulgada Lei 10.639, como quais conteúdos ensinar ou como ensinar o que não se conhecia. Além das indagações, o autor se propõe fazer uma análise das representações da África num dos poucos livros didáticos que, até então, dedicava um capítulo ao estudo do continente, chamando a atenção para o olhar diferenciado e minucioso que se deve ter os olhares voltados para o continente.

No segundo trabalho, “A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)”, de 2009, Oliva estabelece uma relação entre as leis que regulamentam o ensino de História da África no Brasil e as opiniões de alguns africanistas a respeito do tema. Além de apresentar uma abordagem geral de especialistas sobre a história africana nas escolas brasileiras, dentro do recorte temporal proposto na pesquisa. Não obstante, ambos os textos não enfocam a educação básica e os efeitos dos estudos africanos sobre ela.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os desafios enfrentados nesses 14 anos de sanção da Lei 10.639/03 e a sua aplicabilidade nas salas de aula, sobretudo, da educação básica. Embora as instituições de ensino superior e associações científicas apresentem uma grande movimentação com simpósios, eventos, teses, dissertações e monografias a respeito da história africana, ainda muito por fazer no que diz respeito à produção de conhecimento voltado para a Educação básica. Ki- Zerbo (2010) é categórico em afirmar: “A África tem uma história!”[...] A história da África é pouco conhecida”. Essa afirmação ainda se faz presente em meio às diversas discussões acadêmicas a respeito do continente, conforme podemos observar no levantamento da produção científica discutido neste texto.

O desenvolvimento do campo dos estudos africanos é notório, mas ainda assim, podemos perceber a discussão a respeito do ensino da história da África e dos africanos imbricada com as relações raciais ou, ainda, alijadas dos debates realizados pelas revistas especializadas no ensino de História, por exemplo. O estado de conhecimento aqui estabelecido mostra que há muito o que se discutir nesse campo. A educação básica quase não aparece nos debates estabelecidos, o que representa um retrocesso na aplicabilidade da legislação, complemento da Lei 10.639.

É importante reconhecer que a Lei 10.639/03 e seus desdobramentos legais representam um avanço significativo para os estudos da História da África e dos africanos, contudo, isso ainda não se reverteu na melhoria da abordagem teórico-metodológica desse conteúdo na formação docente e nos currículos da educação básica.

## REFERÊNCIAS

APPIAH, K. A. *Na casa de meu pai - África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAÚJO, R. F; ALVARENGA, L. A Bibliometria na pesquisa científica da pós-graduação brasileira de 1987 a 2007. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 51-70, mar. 2011.

BÃ HAMPATÊ, A. A tradição viva. In: \_\_\_\_\_. **História Geral da África**. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática. Paris: UNESCO, 1980. p.181-218.

BARBOSA, M. S. Eurocentrismo, História e História da África. **Sankofa (São Paulo)**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 47-63, jun. 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília, 1998.

\_\_\_\_\_. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos, História**. Brasília: MECSEF, 1998

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio - Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, 2003.

BOURDIEU, P. O campo científico In. ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 156-183.

CERTEAU, M. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CONCEIÇÃO, J. C. A ideia de África: obstáculo para o ensino de História africana no Brasil. **Projeto História**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 44, jun. p.343-353, 2013.

CRUZ, M. W; SANTOS, A. C. J. Diásporas e Comunidades Quilombolas: perspectivas metodológicas para o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira. **Revista História Hoje**. São Paulo. v.1, p.193 - 215, 2012.

FONSECA, T. N. L. **História e Ensino de História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, N. L. Educação, Relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03. **GELEDÉS**, 2011. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/educacao-relacoes-etnico-raciais-e-lei-10-63903-2/>>.

GONÇALVES, J. H. R. Das resistências ao ensino escolar de História da África: algumas considerações. **Revista História & Ensino**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 83-100, jan./jun. 2014.

HERNANDEZ, L. L. **África na sala de aula: visita a História Contemporânea**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

Ki-Zerbo, J. Introdução Geral. In: **História geral da África, I: metodologia e pré-história da África**. 2 ed. Brasília: UNESCO, 2010. p. XXXI - LVII.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa:** uma introdução. São Paulo: EDUC, 2002.

MOROSINI, M; FERNANDES, C. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

NASCIMENTO, E. L (Org.). **Sankofa:** matrizes africanas da cultura brasileira. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.

MUNANGA, K. **Negritude:** usos e sentidos. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVA, A. R. Entre máscaras e espelhos: reflexões sobre a identidade e o ensino de História da África nas escolas brasileiras. **Revista História Hoje**. São Paulo, v.1, p. 29 - 44, 2012.

\_\_\_\_\_. A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, vol.25, p.421-461, 2003.

\_\_\_\_\_. A história africana nas escolas brasileiras: entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006). **História**. Franca, v. 28, p. 143-172, 2009.

PEREIRA, A. M. **África:** para abandonar estereótipos e distorções. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

SOUZA, M. M. Algumas impressões e sugestões sobre o ensino de História da África. **Revista História Hoje**. São Paulo. v.1, p.17 - 28, 2012.

SCHLICKMANN, M. **A introdução dos estudos africanos no Brasil (1959-1987)**. Curitiba: CRV, 2016.

**Submetido em:** Fevereiro de 2018.

**Aprovado em:** Maio de 2018.